STITUTIVO AOS PROJETOS DE LEI Nºs 1.444, 1.458, 2.013, 2.762 E 2.960, DE 2020

Estabelece medidas excepcionais de proteção à mulher e dependentes em situação de violência doméstica e familiar durante a emergência de saúde pública decorrente da pandemia do coronavírus (COVID-19.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº, de 2020

Os arts. 5° -A e 5° -D do art. 2° do Substitutivo ao PL n°1444, de 2020, passam a vigorar com as seguintes redações:

Art. 5°- A

• • •												
§	2°	Na	impossibi	lidade	de	cumprime	nto	do	disposto	no	§1°,	será
fa	cult	ada	à mulher	vítima	de	violência	e a	a se	us depe	nden	ites s	erem
ac	colhi	idos	em centro	de ate	endii	mento inte	gral	e n	nultidiscip	linar	, em	casa-

abrigos para mulheres ou em abrigos institucionais, nos termos definidos

pelo Sistema Único de Assistência Social.

§3º A lavratura de boletim de ocorrência deverá ocorrer previamente à inclusão da mulher vítima de violência doméstica ou familiar e seus dependentes no programa de acolhimento institucional previsto.

Art.	5°-D	 	 	 	 	

 II – O pleno funcionamento dos serviços essenciais de saúde para mulheres e meninas

Documento eletrônico assinado por Francisco Jr. (PSD/GO), através do ponto SDR_56424, na forma do art. 102, § $1^{\rm e}$, do RICD c/c o art. $2^{\rm e}$, do Ato da Mesa n. 80 de 2016.

CÂMARA DOS DEPUTADOS



A presente Emenda tem por fim respeitar primeiramente a vontade da mulher que seja vítima de violência doméstica e familiar. A redação atual do § 2º, do art. 5º-A, prevê que na impossibilidade de ocorrer o afastamento do agressor do lar a ofendida e seus dependentes deverão ser imediatamente acolhidos em centros de atendimento, em casas-abrigo ou em abrigos institucionais. Simplesmente não se dá à mulher a possibilidade de escolha. Por isso, propomos que seja facultada à mulher a vontade de ingressar ou não em programa de abrigamento.

Por sua vez, entendemos ser necessário explicitar no texto que o abrigamento só ocorrerá após a lavratura do boletim de ocorrência, uma vez que procura-se evitar que denúncia falsa de estupro, ou seja, sem a sua devida comprovação, dê ensejo a permitir um aborto ilegal em falsas Casas-Abrigos.

Queremos evitar que mulheres vítimas de violência doméstica e familiar sejam induzidas a serem encaminhadas para instituições de abrigamento falsas, que trabalham de forma sigilosa e que na realidade são clínicas clandestinas de abortos.

No intuito de aperfeiçoar a proposta, conto com apoio dos nobres pares.

Sala das Sessões, em de

de 2020.

Dep. Francisco Jr PSD-GO

